

O INDEPENDENTE


Casa
e Família
SEGURÓ MULTIRRÍSCOS HABITAÇÃO


MUNICIPAL-CONFIANÇA
Sociedade Cooperativa

Sóis às sextas - Ano IX - Continente, Madeira e Açores 420000

DIRETORIA CONSTÂNCIA CUNHA E SÁ

SUBDIRETOR DOMINGOS AMARAL

nº 506 25 de Janeiro de 1998

Novo coleccional OS NOMES DE PORTUGAL



Esta semana: ABREUS E ALBUQUERQUES OFERTA DA CAPA DURA



Sócrates revoluciona combate à droga

Penas de prisão substituídas por tratamento médico obrigatório

RUI COSTA PINTO
JOSÉ SÓCRATES quer substituir as penas de prisão por consumo de drogas ilícitas por tratamentos médicos obrigatórios, tornando mais eficazes os mecanismos substitutivos previstos num novo enquadramento legal. Para isso, o ministro-adjunto vai anunciar hoje uma revolução orgânica nas estruturas de combate ao fenômeno da droga que passa, em primeiro lugar, pela criação do Instituto Português da Toxicodependência. Neste novo organismo, que de-

pende directamente do ministro-adjunto, passam a estar integradas as estruturas do Projecto Vida e do Observatório da Drogas. Mas deixa de existir a figura do alto comissário. É que o ministro quer um esquema "mais operacional e eficaz".

José Sócrates vai avançar ainda com novas medidas em relação à prevenção e tratamento de toxicodependentes, nomeadamente com o alargamento da distribuição de me-

tadona e um atendimento mais célere. De igual modo, Sócrates vai também anunciar o recrutamento, entre outros, de Daniel Sampaio e Júlio Machado Vaz, reconhecidos especialistas na matéria, para elaborar um documento com medidas específicas para o combate à droga.

Estas são as principais decisões que José Sócrates vai anunciar hoje, em conferência de imprensa, cerca de dois meses após ter assumido a

tutela da luta contra a droga.

Ao decidir chamar a si o "dossier" da toxicodependência, José Sócrates afastou a possibilidade de substituir o alto-comissário para o Programa Nacional de Prevenção da Toxicodependência - Projecto Vida - padres Feytor Pinto, que se demitiu em Julho passado, pois considera que esta era uma solução "insuficiente".

José Sócrates recebeu luz verde do Governo, ontem, após uma longa

xicodependentes, assim como acabar com os guetos como o Casal Ventoso. A intervenção de Sócrates foi precedida de diversos contactos com os seus colegas da Justiça, Saúde, Administração Interna e Defesa, de modo a haver uma coordenação interministerial que permita dar maior "dinâmica" a este relançamento do combate à droga.

Contudo, José Sócrates continua a manter prudentes reservas sobre as grandes decisões políticas, nomeadamente a despenalização do consumo,

continua na página 2

Sócrates cria instituto para o combate à droga

Continuação da primeira página

a intervenção do Estado como regulador do mercado e a realização de um referendo nacional sobre a liberalização das drogas leves. Questões sensíveis e que acabam por dividir fortemente o grupo parlamentar socialista.

Outra das preocupações do ministro-adjunto é a atenção à vertente internacional, pois Álvaro Mendonça e Moura, embaixador português em Viena de Áustria, é o diplomata designado para presidir à comissão preparatória da sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas destinada a debater o fenómeno das drogas, que se realiza em Junho próximo.

Nesta sessão a quebra do sigilo bancário nos processos de investigação criminal relacionados com o tráfico de droga e branqueamento de capitais pode ser adoptada pelo conjunto dos países da comunidade internacional.

Os números do relatório de 1997 do Observatório Europeu da Drogas são preocupantes, pois referem que no nosso país o número de óbitos por consumo de heroína e cocaína subiu de 145 em 1995 para 196 em 1996, quando em 1986 se registaram apenas 18 casos.

«É bom que eu tenha sido um observador ao longe»

Alexandre Quintanilha acarinha a parceria de privados

L.F.

Alexandre Quintanilha, presidente da comissão da droga, tem sido «um observador ao longe da toxicodependência», e sem «conhecimentos fixos» do problema. Até diz que «isso é bom». Professor de Biofísica e director do Instituto de Biologia Molecular e Celular do Porto, tem revelado uma faceta aberta a certos problemas, como se viu no recente debate sobre o aborto na RTP1 e a participação na discussão científica sobre a clonagem, na perspectiva de que esta não é um papão.

Embora a comissão esteja em início de trabalhos, traz uma aprendizagem que gostaria de ver reflectida: a participação de organizações não governamentais, já que considerou este tipo de actuação muito positivo, «em São Francisco, quando a epidemia da sida surgiu», e da qual foi, ali sim, um observador próximo e atento. Como presidente da comissão tem duas metas fundamentais: ter a noção dos «custos da toxicomania na saúde, criminalidade e



DR Leonardo Rego

BIOFÍSICO. Alexandre Quintanilha vai agora pensar nas drogas

produtividade social», e perceber «as histórias de sucesso na área, que as há». Defende que a toxicodependência «não é um problema de nós versus eles (toxicómanos)». E não deixou de fazer uma crítica, ao mencionar a necessidade de «uma informação correcta» sobre as drogas. Formado em física teórica, trabalhou 20 anos numa universidade da Califórnia, na área de fisiologia, como director do Centro de Meio Ambiente.

Humanismo e pragmatismo

Princípios que o Governo quer vincular para a toxicodependência, anunciados por Sócrates na tomada de posse da comissão dos «sábios»

L.F.

Dois grandes princípios deverão vincular o Governo perante a toxicodependência: humanismo e pragmatismo. Foi isto mesmo que, ontem, prometeu José Sócrates, na tomada de posse da comissão que tem um prazo de quatro meses para elaborar uma «estratégia nacional de combate à droga». Humanismo, porque «importa combater a doença e não os doentes» e pragmatismo porque a sua prioridade é a «redução dos riscos».

Entenda-se das palavras do ministro encarregue da pasta da Toxicodependência que «a prioridade» é «estender e difundir os programas de substituição com metadona», já que diversos relatórios científicamente comprovam que esta droga de substituição contribui para «melhorar a saúde dos toxicómanos, reduz a criminalidade associada, previne a transmissão de doenças infecto-contagiosas e contribui para a integração social».

Nesta matéria o ministro ad-

junto do primeiro-ministro quis deixar bem claro que, para já, não dá o aval político à heroína. «O Governo não está disponível para experimentalismos voluntaristas neste domínio. Nunca avançaremos para programas mais ousados, como é o caso da administração terapêutica da heroína, só pelo snobismo de estes programas constituirão o último grito da moda».

Embora reconhecesse que olha para estes programas de heroína existentes em algumas cidades europeias «sem preconceitos» e até ressalvando que os resultados «parecem animadores», Sócrates prefere segui-los «com muita atenção e interesse», embora continuando com a dúvida de não saber se «Portugal tem um problema que justifique tal programa e condições técnicas para o prosseguir».

Muitos «ses» sobre a heroína, que remete para análise da comissão mas que, para já, inviabiliza as pretenções do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, em aplicar no Casal

Ventoso, como declarou à Imprensa.

Um discurso feito na presença de António Guterres, que não se pronunciou, e dos nove especialistas «de saber reconhecido e experiência confirmada» que irão definir, até ao Verão, uma orientação, através de um documento que seja «coerente, claro e firme e permita fundamentar a acção política numa base credível».

Para Sócrates «vinte anos de combate à droga determinam uma reflexão sobre o caminho feito e o caminho a percorrer». Os responsáveis pelo caminho que Portugal trilhará são Alexandre Quintanilha, que presidirá à comissão (ver texto à direita), António Lourenço Martins, Cândido Agra, Daniel Sampaio, João Goulão, Joaquim Rodrigues, Júlio Machado Vaz, Manuela Marques e Nuno Miguel. O documento preliminar a elaborar será alvo de discussão pública, após a qual a comissão apresentará ao Governo no prazo de 15 dias a proposta final, de «Estratégia Nacional de Combate à Drogas».

COMBATE A DROGA, REQUER SENTIDO CRÍTICO

CM
3.6.98

O presidente da República, Jorge Sampaio, defendeu ontem que a abordagem da temática da droga deve ser encarada a nível nacional, deixando de lado as divergências partidárias. Afirmação que foi reforçada pelo ministro Adjunto, José Sócrates, e posteriormente por Alexandre Quintanilha, escolhido para falar em nome da Comissão de Estratégia Nacional Contra a Droga, que apelou ainda à sociedade para que intervenha de forma crítica, no sentido de melhorar as recomendações da Comissão.

A declaração de Sampaio foi feita durante a cerimónia de entrega, aos membros da Comissão, do livro, "Droga: Situação e Estratégias Novas", que reúne as intervenções feitas num seminário organizado pela Presidência da República. Na ocasião, Jorge Sampaio disse que a cerimónia "simboliza o compromisso do PR com o trabalho da comissão e com as recomendações que ela apresenta".

O presidente referiu ainda o papel de liderança portuguesa a nível internacional nesta matéria, dando os exemplos do Observatório Europeu da Drogas (em Lisboa), a presidência do Grupo Pompidou (Vera Jardim) e a presidência do grupo preparatório da sessão das Nações Unidas (ONU) sobre o assunto.

Por sua vez, José Sócrates agradeceu o "empreito do PR para que a sociedade portuguesa debata este problema, com clareza e sem dogmas", acrescentando que o Governo pretende que o debate se baseie nos "melhores valores, como a

saúde pública e os direitos humanos" e "não com base no pre-conceito".

Depois de afirmar que, tal como o PR, o Governo pretende "construir uma estratégia nacional no combate à droga, à margem das divergências partidárias", o ministro Adjunto qualificou o conteúdo do livro ontem oferecido como "o que há de melhor na sociedade portuguesa e no mundo na abordagem desta matéria".

Alexandre Quintanilha começou por agradecer a confiança depositada na Comissão para debater e fazer recomendações sobre "um assunto de saúde pública, tão delicado". É que, na sua opinião, "não existe nenhuma área onde haja um contraste tão grande entre aquilo que se conhece, até a nível biológico e social, e aquilo que se consegue fazer, por um lado, e o contraste entre o que ainda falta conhecer e a necessidade de fazer algo".

O porta-voz da comissão explicou depois que as recomendações que a mesma produzir, "tão concretas e detalhadas quanto possível", não são de modo algum definitivas, apelando à participação crítica e construtiva dos vários sectores da sociedade.

A margem da entrega do



Jorge Sampaio defendeu ontem que o combate à droga é uma questão nacional que deve ser tratada além das divergências partidárias

livro, Sampaio e Sócrates referiram a sua participação na sessão da ONU sobre a droga, onde se prevê a definição de princípios globais sobre estratégias de prevenção primária e de tratamento (redes de assistência), a adoptar pelos países que ainda não os implementaram.

RELATÓRIO ENTREGUE AO GOVERNO SERÁ DISCUTIDO DURANTE 20 DIAS

Comissão quer descriminalizar droga

A COMISSÃO para a Estratégia Nacional de Combate à Drogas propôs ontem ao Governo a descriminalização do consumo privado de todas as drogas, assim como a sua posse ou aquisição para consumo. A proposta consta de um extenso relatório de 136 páginas que o presidente da comissão, Alexandre Quintanilha, entregou ontem à tarde ao ministro adjunto do Primeiro-Ministro, José Sócrates.

O relatório vai ser submetido a discussão pública durante 20 dias, antes da aprovação, que terá lugar até ao fim do ano, de uma resolução do Conselho de Ministros sobre estratégia nacional de combate à droga.

A comissão propõe também a extinção do Projecto Vida e a constituição de uma



José Sócrates

estrutura descentralizada com envolvimento das câmaras municipais. Além disso, vê com bons olhos a criação do novo Instituto Português da Toxicodependência e sugere que caiba ao ministro adjunto do Primeiro-Ministro a

coordenação interministerial no domínio da droga.

José Sócrates explicou que o Governo vai avançar com quatro decretos-leis sobre esta matéria e, quanto a algumas opiniões defendidas pela comissão, fez questão de frisar que Portugal será sempre fiel a todas as convenções internacionais que subscreveu sobre a toxicodependência.

Ainda quanto a algumas opiniões da comissão, Sócrates observou que «nem o Governo ficará incomodado se não concordar com a comissão, nem esta ficará incomodada se vier a verificar-se que não concorda com o Governo».

Quanto aos quatro diplomas anunciados, contemplam a estruturação do apoio pelo estado aos toxicodependentes, o problema das licen-

ças às comunidades terapêuticas, o programa nacional de reinserção profissional para ex-toxicodependentes e a criação do novo Instituto da Toxicodependência.

O relatório defende o aprofundamento do estudo da chamada inversão do ônus da prova em matéria de branqueamento de capitais «em que uma cisão entre as instâncias criminais e cível pode constituir uma pista útil». «O cidadão comum continua a ter a sensação de que só são julgados os pequenos e médios traficantes e que os grandes traficantes vão passando incólumes pelas malhas da lei ou da sua aplicação», diz o relatório. «No que concerne ao branqueamento, são praticamente desconhecidos os escassos resultados das medidas em curso», acrescenta.